

**AO ILMO. SR. PREGOEIRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
– CPL DA ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

Referência: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 150/2025

ARI VALDIR NASCIMENTO LOPES, já devidamente qualificado no Pregão Eletrônico em destaque, vem à presença de V.Sa., através de seu procurador e advogado constituído, ao final firmado, apresentar sua

MANIFESTAÇÃO

Acerca das alegações da Recorrente **HC AMBIENTAL**, acerca da instabilidade da plataforma licitações-e do Banco do Brasil onde foi realizada a disputa, como o faz a seguir:

Alega a Recorrente que foi prejudicada pela plataforma licitações-e onde ocorreu a disputa , tendo em vista problemas técnicos apresentados pelo sistema, reportados à comissão, e que a impediram de apresentar seus lances após sua proposta inicial, que foi registrada.

Da decisão do recurso administrativo:

Em decisão da Equipe de Pregão da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, o recurso da Recorrente **HC AMBIENTAL** não foi conhecido e manteve como vencedora a empresa **ARI VALDIR NASCIMENTO LOPES – EPP**, tendo como fundamentos de decidir que o problema relatado pela Recorrente foi causado pela autenticação do *re-Captcha*, que trata-se de um bloqueador de *bots* eficiente que protege sites contra *spam*, abuso e fraude, que seria solucionado caso a Recorrente tivesse recorrido às ações de: a) Atualizar a versão o navegador “*Google Chrome*” quando pode ocorrer do *reCaptcha* falhar caso a versão do navegador esteja desatualizada; b) Desativar o VPN ou serviço de *proxy*; Reiniciar o modem ou roteador; limpeza do cache e *cookies* ou tentativa de utilizar aba anônima no navegador. Questões técnicas individuais que fogem ao alcance do Pregoeiro.

Também, alie-se ao fato de que somente o Recorrente não conseguiu registrar seus lances, sendo que os outros dois participantes, não relataram sobre problemas no sistema e registraram seus lances, normalmente.

Verifica-se que a Recorrente não comprovou que o alegado problema ocorreu.

Reiteradas decisões dos Tribunais, já decidiram que problemas técnicos de tecnologia de informação ocorridos são de responsabilidade do participante do certame:

DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO - REMESSA NECESSÁRIA E APELO VOLUNTÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA - LICITAÇÃO - ALEGADO PROBLEMA DE CONEXÃO NO SISTEMA LICITAÇÕES DO BANCO DO BRASIL - INOCORRÊNCIA - SENTENÇA REFORMADA - SEGURANÇA DENEGADA. 1) O Decreto n. 5.450/2005 que regula a Lei nº 10.520/2002, por sua vez, estabelece o dever de os licitantes acompanharem "as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens **emitidas pelo sistema ou de sua desconexão**" (Art. 13, inciso IV, Decreto 5.450/2005); 2) O Edital do RDC Eletrônico nº 002/2017-NULIC/CAESA, no item 8.8, prevê expressamente que cabe ao licitante o ônus decorrente de sua desconexão, portanto, **a responsabilidade pelo acesso ao certame virtual**

é exclusiva do licitante, em plena consonância com o Decreto nº 5450/2005, que regulamenta o pregão, na forma eletrônica; 3) Ademais, ao contrário do concluído pelo magistrado de primeiro piso, não vislumbro o alegado erro no sistema que tenha impedido o apelado a entrar na disputa do certame, isto porque podemos constatar que a empresa licitante TGE TRANSPORTES EIRELLI - ME efetuou seus lances virtuais normalmente no decorrer do tempo randômico; 4) Remessa oficial e apelação voluntária conhecidas, remessa provida e apelo julgado prejudicado. (TJ-AP - REO: 00043902520188030001 AP, Relator.: Desembargador MANOEL BRITO, Data de Julgamento: 03/03/2020, Tribunal) – **Grifos nossos**

AGRAVO DE INSTRUMENTO. CAUTELAR INOMINADA. PEDIDO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. PROVA. ERRO NO SISTEMA UTILIZADO NO PREGÃO ELETRÔNICO. AUSÊNCIA. FUMUS BONI IURIS . I - AUSENTE A PLAUSIBILIDADE DO DIREITO ALEGADO PELA AGRAVANTE, QUE NÃO PRODUZIU PROVA DA EXISTÊNCIA DE DEFEITO NO GERENCIADOR DO PROGRAMA UTILIZADO PARA A PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO. II - A FALTA DE QUALQUER DOS PRESSUPOSTOS NECESSÁRIOS AO DEFERIMENTO DA MEDIDA CAUTELAR OBSTA O DEFERIMENTO DA LIMINAR PARA SUSPENDER A LICITAÇÃO. III - AGRAVO DE INSTRUMENTO IMPROVIDO. (TJ-DF - AG: 20383820088070000 DF 0002038-38 .2008.807.0000, Relator.: VERA ANDRIGHI, Data de Julgamento: 21/05/2008, 1ª Turma Cível, Data de Publicação: 09/06/2008, DJ-e Pág. 166) – **Grifos nossos**.

LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. PROBLEMAS DE ACESSO AO SISTEMA ELETRÔNICO. NÃO-COMPROVAÇÃO . IMPROCEDÊNCIA. Se não se comprova que houve problema de acesso ao sistema eletrônico do pregão, não há como acolher-se a pretensão de anulação de atos da licitação. Sentença de improcedência mantida. Honorários majorados . Agravo retido desprovido. (TRF-4 - AC: 50357831020104047100 RS 5035783-10.2010.404 .7100, Relator.: CANDIDO ALFREDO SILVA LEAL JUNIOR, Data de Julgamento: 16/12/2014, QUARTA TURMA, Data de Publicação: D.E. 17/12/2014) **Grifos nossos**.

Isto posto, manifesta-se no sentido de que seja:

- a) Mantida a decisão de **NÃO CONHECIMENTO** do recurso administrativo interposto pela Recorrente **HC AMBIENTAL**;
- b) Mantida a decisão de vencedora de, **ARI VALDIR NASCIMENTO LOPES EPP**, no certame, tendo em vista que cumpriu todas as exigências constantes no edital **Pregão Eletrônico nº 150/2025**.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Curitiba, 08 de maio de 2025.

REGINALDO
CELSO
GUIDOLIN:4026
0356972

Assinado de forma
digital por REGINALDO
CELSO
GUIDOLIN:40260356972
Dados: 2025.05.08
14:22:09 -03'00'

REGINALDO CELSO GUIDOLIN
OAB/PR 38.992